

NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Amelioene Franco Rezende de Souza¹
Laís Leni Oliveira Lima²

¹Universidade Federal de Jataí/ amelioene@gmail.com

²Universidade Federal de Jataí/ laislени@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho é parte de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as concepções do professor alfabetizador tendo em vista as demandas impostas pelo capitalismo, buscando entender como o professor alfabetizador de crianças compreende seu trabalho no contexto da sociedade capitalista. Para tanto, coube conceituar historicamente as concepções e perspectivas epistemológicas que norteiam o processo de alfabetização na teoria pedagógica, abrangendo as interferências de determinadas políticas públicas educacionais referentes à alfabetização. Objetivou-se ainda compreender as principais implicações das políticas educacionais voltadas à alfabetização no trabalho do professor. Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se fundamentar teoricamente a temática por meio de estudo de caráter exploratório com procedimentos predominantemente qualitativos, sem desprezar os elementos quantitativos. Foi realizado um estudo de cunho bibliográfico, documental e de campo. Para fundamentarmos nossa compreensão buscamos nos textos de Martins e Marsiglia (2015), Mortatti (2010), Saviani (2015), dentre outros. Os referidos autores corroboraram no sentido de compreendermos que a história da alfabetização no Brasil não está desvinculada da história da educação e que as políticas educacionais referentes à alfabetização foram criadas na tentativa de diminuir os elevados índices de analfabetismo no país e o insistente fracasso de desempenho de leitura e escrita nos alunos.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Formação Docente.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa vinculada à linha Formação Humana e Fundamentos da Educação do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí/GO que possui como objeto de estudo o trabalho docente do professor alfabetizador. Nesta investigação, o objetivo principal foi analisar as concepções do professor alfabetizador tendo em vista as demandas impostas pelo capitalismo.

Para a compreensão da natureza e especificidade da alfabetização, levando em

consideração os desafios do professor alfabetizador e da sua formação, buscamos compreender alguns fatores que estão relacionados a esse processo. Inicialmente, vale ressaltar que, a partir dos anos de 1970, o Brasil passa por profundas mudanças em todas as esferas da sociedade. A esfera econômica, social, política e cultural foram influenciadas pelas políticas neoliberais, que, ao redefinirem o papel do Estado, trouxeram mudanças significativas às políticas públicas, afetando diretamente as políticas educacionais. Em decorrência disso, a educação e simultaneamente o trabalho docente passaram a ser questionados, repensados e vistos como meios que poderiam estar a serviço das mudanças empreendidas pelo capitalismo.

Nesse contexto, o trabalho do professor alfabetizador também se altera, e diante dos altos índices de analfabetismo, incluindo o analfabetismo funcional, o docente lida com as novas exigências e com os mecanismos de avaliação, os quais interferem em sua prática, alterando suas prioridades. Essa adequação acaba por retirar as funções próprias da docência, e os professores deparam-se diante de uma situação desafiadora e ao mesmo tempo desestimulante, quando são coagidos a realizarem inúmeras atividades e desempenharem funções que não lhes são próprias, pois são pressionados a atingirem metas e executar tarefas para as quais se sentem inseguros e despreparados, e os docentes estão constantemente diante de escolhas, já que nessas condições o saber sistematizado fica em segundo plano.

Além dessas adequações e mudanças em seu trabalho, o professor ainda lida com as exigências e imposições de metas e “competências” a serem atingidas. Seu trabalho é “medido” por meio de avaliações, que, em sua grande maioria, demonstram apenas quantitativamente o empenho das escolas e dos professores. É nesse sentido que tais interferências “estão diretamente vinculadas às necessidades produtivas, pautadas na eficiência e racionalidade técnica, na ação prática, para saber lidar com as mudanças em curso” (VAZ; FAVARO, 2010, p. 514).

Não se pode negar que na contemporaneidade a escola tem assumido diversos papéis e cumprido inúmeras funções que transpõem o campo pedagógico. “Ela se amplia e se

esvazia ao mesmo tempo. Estende-se, mas perde substância. Hoje se coloca dentro da escola toda uma série de atividades que acabam descaracterizando-a” (SAVIANI, 2015, p. 8). A escola assume alçadas, compromissos e responsabilidades que são de outras esferas, perdendo de vista sua especificidade no que se refere “aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza” (SAVIANI, 2015, p. 293).

Considerando que o professor seja conhecedor da natureza da educação e saiba que o papel da educação escolarizada é sistematizar os diversos saberes do aluno instrumentalizá-lo para conviver e participar do meio em que vive e que a escola é o espaço instituído para oportunizar o conhecimento científico, e este por sua vez pode se somar como um mecanismo contrário à dominação e à desigualdade de classe, o docente tem sido culpado e afetado até mesmo em sua saúde, já que o insucesso da educação e a baixa qualidade de ensino na escola têm sido inúmeras vezes atribuídos a ele, sendo que, muitas vezes o mesmo sente-se incapaz de atuar diante de tantas pressões e readequações em seu próprio trabalho.

Ora, se a educação de boa qualidade e a formação humana emancipadora são fatores que contribuem para a redução das desigualdades entre as classes, como pode o docente nadar contra a “maré” que o arremessa a obedecer aos interesses do capital? Quais as possibilidades dos docentes alfabetizadores no sentido de oportunizar uma educação que seja aliada à luta revolucionária e, assim, contribuir para a superação da marginalidade e na superação dos índices de analfabetismo do país?

Segundo Saviani (2013, p.11), “o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.” Sob essa concepção teórica compreendemos a alfabetização como um espaço em que o trabalho docente relativo ao ensino da leitura e da escrita está vinculado às práticas sociais.

Nesse sentido, o professor alfabetizador que sabe da importância da educação e de

seu trabalho diante da complexidade da ordem social estabelecida passa a sofrer com as inconformidades que vivencia nas escolas. O professor que “sofre” é aquele que nitidamente conhece a especificidade de seu trabalho e a função autêntica da educação. É aquele professor que está convicto de que

a alfabetização compreende um processo de apropriação, pelos indivíduos, de uma forma específica de objetivação humana: a escrita. Essa objetivação é produto histórico do trabalho, da vida social e, como tal, assenta-se, necessariamente, na prática social. Se isso confere, quando a escrita deixa de ser compreendida como uma unidade de sentido nas práticas sociais, quando se aliena daquilo que lhe confere fundamento, tal fato resulta do fracasso no processo de transmissão, portanto não há alfabetização (MARTINS; MARSIGLIA, 2015, p. 73).

Assim, compreendemos a importância da educação e da alfabetização como início do processo de transmissão dos conhecimentos, o qual não se dá de maneira natural, mas de modo intencional e organizado, para que o alfabetizando possa ter acesso aos conhecimentos clássicos, aos conteúdos previamente determinados e organizados em determinada sequência e dosagem, dentro do espaço escolar (MARTINS; MARSIGLIA, 2015).

Nessa mesma direção, a educação escolar é a principal responsável por ensinar ler e escrever, já que o domínio da leitura e da escrita é “*condição sine qua non*” para que o indivíduo se insira nessa sociedade letrada (MARTINS; MARSIGLIA, 2015). Todavia, é possível observar que a escola tem servido para qualificar os indivíduos para serem meros trabalhadores, inculcando-lhes a ideologia da cultura dominante e contribuindo, assim, para a manutenção da ordem que se estabelece. Nesses moldes, a educação escolar cumpre com o papel de dar continuidade ao processo de reprodução social e de internalização, quando muda seu enfoque, altera seu conteúdo e adapta-se às imposições e exigências das políticas educacionais, que por sua vez atendem a recomendações de órgãos mundiais, como, o Banco Mundial. Diante desse complexo cenário está o trabalho do professor alfabetizador, que se torna subordinado às mudanças sociais, ora visto como o agente responsável pelas mudanças na sociedade, ora tido como o culpado do fracasso ou sucesso das reformas educacionais.

Podemos apresentar o processo de alfabetização, primordialmente, como a aprendizagem simultânea da leitura e escrita, e por estarmos habituados a essa concepção não imaginamos que esse processo já passou por inúmeras tramas até se conformar aos moldes que hoje o conhecemos. Nesse sentido, é necessário primeiramente entendermos o que vem a ser o processo de alfabetização e como ele foi se constituindo, para que então compreendamos a complexidade e importância de tal processo.

Natureza e especificidade da alfabetização

O processo de alfabetização é algo complexo e nele estão embutidos muitos fatores. Não é possível concebê-lo apenas como o ato de “aprender ler e escrever”, pois de fato o desconhecimento dos aspectos básicos da leitura, da escrita e até mesmo da fala faz com que muitas escolas fracassem em sua incumbência de alfabetizar. Embora nossa pesquisa esteja baseada na alfabetização a partir da instância escolar, estamos cientes de que a mesma não se delimitou a escola, pois, mesmo que a esfera escolar seja a instituição em que a transmissão dos saberes relacionados à leitura e escrita mais se materializa, ao investigarmos historicamente as práticas relacionadas à alfabetização, vimos que ela extrapola o espaço escolar e se materializou historicamente em outras instâncias, como em espaços religiosos e domésticos.¹²

Não se trata de conhecer os métodos e técnicas mais eficientes, pois mais importante que conhecer tais procedimentos, é ter a compreensão de que esse processo se vincula ao desenvolvimento do psiquismo e se articula entre a linguagem oral e linguagem escrita e ainda depende do desenvolvimento do pensamento, pois, “reduzir a ênfase acerca da alfabetização às formas pelas quais ela deva ocorrer pode representar mais um viés que toma a forma em detrimento do conteúdo e a aparência em detrimento da essência” (DANGIÓ; MARTINS, 2015, p. 212).

É nessa direção que concordamos com Martins e Marsiglia (2015, p. 73), que compreendem a alfabetização como “um processo de apropriação, pelos indivíduos, de uma forma específica de objetivação humana: a escrita. Essa objetivação é produto histórico do trabalho, da vida social e, como tal, assenta-se necessariamente, na prática social”. É por meio da apropriação da escrita que o indivíduo é de fato inserido na vida social. Em consonância com essa afirmação, Dangió e Martins (2015) confirmam que, ao ler e escrever, o indivíduo alcança patamares mais elevados de desenvolvimento, podendo, assim, participar, agir e interagir com os conhecimentos historicamente sistematizados.

É preciso deixar claro que a alfabetização é um processo de aquisição da língua oral e escrita, e mesmo que esse processo se desenvolva ao longo da escolarização, não pode ser ampliado ao ponto de ser caracterizado como uma ação que não se interrompe. Soares (1985, p. 20) adverte:

É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que, sem dúvida, nunca se interrompe. (grifos da autora)

Saber que o processo de aquisição da língua escrita se diferencia do processo de desenvolvimento da mesma é reconhecer que a alfabetização é um processo próprio e específico, que precisa ocorrer em determinado tempo da escolarização do aluno. Não se pode negar que a alfabetização é a fase mais importante no processo de formação escolar, “assim como a invenção da escrita foi o momento mais importante da História da humanidade” (CAGLIARI, 1992, p. 10). Todavia, o conhecimento da linguagem escrita se diferencia do conhecimento da linguagem oral. Para se apropriar da linguagem escrita é preciso que haja um trabalho sistemático e formal, enquanto a linguagem oral é aprendida de modo espontâneo, de modo “natural”. Referindo a esse aspecto, Saviani (2007, p. 1246) assegura que “a alfabetização é a porta de entrada e a pedra de toque do sistema de ensino em seu conjunto”. Entendemos que ela não pode ser concebida apenas como a fase inicial do Ensino

Fundamental I, mas ela se constitui como processo indispensável para a inserção social do indivíduo.

Segundo Martins e Marsiglia (2015), o surgimento da escrita transformou a linguagem em suporte material, que pode ser transmitido no tempo e no espaço, passando de geração em geração e alcançando indivíduos e lugares distantes. Ainda segundo as autoras, “a pré-história da linguagem escrita se radica no desenvolvimento da linguagem oral, quando os objetos dados à captação sensorial conquistam a possibilidade de representação na forma de palavras” (MARTINS; MARSIGLIA, 2015, p. 43).

Nesse sentido, destacamos, ainda, que a apropriação da linguagem escrita não se restringe a ser um veículo da comunicação oral, a linguagem escrita é condição sine qua non para os indivíduos. E ao tratar sobre a importância do acesso a esse saber, Cagliari (1992, p. 10) assim destaca:

O domínio da escrita e o acesso ao saber acumulado tem sido uma das maiores fontes de poder nas sociedades e, por isso mesmo, privilégio das classes dominantes. Por que todos os indivíduos não passaram a ser alfabetizados desde o momento em que se inventou a escrita? Porque isso representaria o compartilhamento do saber do poder e do poder do saber. A igualdade de chances se tornaria perigosa demais para os que quisessem mandar e ter quem lhes obedecesse. Nada melhor do que a ignorância para gerar a obediência cega, a subserviência e o conformismo, como destino irrevogável da condição humana.

A alfabetização, entendida aqui como apropriação da leitura e escrita, é também alvo de interesse e disputas. Nem sempre esse saber foi oportunizado a todos indistintamente, pois, como vimos no excerto citado, isso representaria uma ação perigosa, se configuraria e ainda se configura como um compartilhamento do poder do saber, já que a apropriação da linguagem escrita “é um processo que eleva o ser humano ao domínio dos instrumentos sociais e culturais, possibilitando-lhe uma produção ininterrupta de domínio dos instrumentos sociais e culturais” (SARAIVA; COSTA-HUBES, 2015, p. 222).

Para Mortatti (2010), além de ser alvo de interesses e disputas, a alfabetização escolar, entendida aqui como “processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em

língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças”, também se caracteriza como um processo complexo que envolve ações e interesses políticos, por se constituir dever do Estado, e, portanto, direito do cidadão, vem sido delineado e moldado conforme os resultados de disputas e interesses, necessidades educacionais, políticas e, especialmente sociais que se alteram dependendo do momento histórico em que se vive.

É por essa razão que compreendemos que é necessário entendermos como se desenvolveu o processo de alfabetização no Brasil, se quisermos entender por que a alfabetização ainda é um desafio para a educação de nosso país e os motivos pelos quais ela assim se configura.

Se tratando da história da alfabetização no Brasil, Mortatti (2010, p. 330) assim o caracteriza:

Decorrente da complexidade e multifacetação do processo escolar envolvido, a história da alfabetização no Brasil se caracteriza, portanto, como um movimento também complexo, marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, diretamente relacionadas a disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização.

Percebe-se, dessa forma, que a história da alfabetização é marcada pelas mudanças que ocorreram em cada momento histórico, adequando-se às demandas, às estratégias e às finalidades de cada período. Ao resgatarmos esse processo histórico da alfabetização brasileira, cabe-nos interrogar sobre qual é a história que interessa, qual é o passado relevante, se é aquele que já passou ou aquele que ainda é presente. Como diria Marx (1978), o passado que importa é aquele que oprime como pesadelo. A volta ao passado só interessa na medida em que realiza a mediação do presente, e revela o que está velado. É nesse sentido que concordamos com Bertoletti (2001, p. 98) quando afirma que:

A preocupação com a compreensão do passado se justifica, portanto, na medida em que é daí que o pesquisador retira princípios gerais que servem para orientar os homens no enfrentamento dos problemas do presente e construção do futuro

desejado no campo de conhecimento investigado.

Desse modo, ao compreendermos o passado, mesmo que seja um passado recente, buscamos conhecer como foi que o homem como ser ativo construiu saberes e lidou com determinados problemas em seu tempo, e por meio da reconstrução dessa representação é possível refletir sobre os problemas do presente. Por meio da apreensão histórica acerca da alfabetização podemos obter conhecimentos que iluminam não somente as ações da atualidade, mas, sobretudo, as expectativas com relação ao futuro.

A fim de conhecermos e compreendermos como se desenvolveu o processo da alfabetização escolar como um todo, e dessa forma elucidarmos como esse processo se desenvolveu no Brasil, por meio de dados da pesquisa histórica, deparamo-nos com relatos de que a escrita surge antes mesmo das regras de alfabetização que hoje conhecemos. Ela nasce a partir de um sistema de contagem que era realizado em ossos ou pedaços de madeira (provavelmente cajados) e, por meio desses registros, o homem realizava negócios de troca e venda de animais e produtos. Nesse processo, surgem os símbolos e números que inicialmente serviam para designar e representar os produtos e os nomes dos proprietários. Segundo Cagliari (1998), a invenção do sistema de escrita de modo autônomo e independente surgiu na Suméria por volta de 3300 a.C., no Egito por volta de 3000 a. C. e na China, por volta de 1500 a. C., sendo que os demais sistemas de escrita foram inventados a partir do contato das pessoas com algum sistema de escrita já existente.

Com a invenção da escrita, surgem também as regras de alfabetização, que permitiriam a decifração do que se escrevia e de como se apropriar desse saber, pois “a alfabetização começou no momento em que o sistema de escrita foi inventado. Por isso, todo sistema de escrita tem uma chave de decifração” (CAGLIARI, 2007, p. 53).

Cagliari (1998) ressalta que, ao ler, interpretar e repetir os símbolos criados, o homem se alfabetizava, e na medida em que ocorria o movimento de expansão do sistema de escrita, foi necessário abandonar os símbolos que representavam coisas, e caminhar para a

criação e uso de símbolos que representassem os sons da fala. A partir de então, a invenção das regras de alfabetização começou a ser difundida, já que tais regras permitiriam ao homem decifrar e entender o que estava sendo escrito, para que a partir desse entendimento pudesse também apropriar e fazer uso do sistema da escrita.

Segundo Cagliari (1998), o processo de invenção da escrita ocorria simultaneamente às regras de alfabetização. Algumas pessoas sequer iam à escola para aprender a ler, já que os que já sabiam ler transmitiam seus conhecimentos relativos à escrita para os novos aprendizes. A “curiosidade” levava as pessoas a querer ler e escrever para assim lidar com o comércio, com os negócios e para obter informações da época e fazer leitura das obras religiosas, dessa forma, a leitura se constituía como uma necessidade social. Isso se confirma na afirmação de Barbosa (1992, p. 16):

A história da escola e a história da alfabetização foram linhas sinuosas e difusas que, se em algum momento se uniam e se confundiam, logo adiante mantinham distância, marcando cada uma a sua independência: na maior parte das vezes, ensinar a ler competia aos pais.

Desse modo, percebemos que em alguns momentos a alfabetização estava relacionada à escola, mas a princípio essa era uma responsabilidade da família, e à medida que a escola se expandia, a escrita foi se tornando um processo importante, de tal forma que o aprendizado se dava por meio dela. É válido ressaltar, portanto, que a associação entre escola e alfabetização se deu a partir do ano de 1789, porém essa junção “iria se efetivar quase um século depois, quando da promulgação das leis fundamentais dos anos de 1880, que estabeleceram as bases da escola pública obrigatória, laica e gratuita” (BARBOSA, 1992, p. 16).

Barbosa (1992) ressalta que aprender simultaneamente a leitura e a escrita é o que hoje chamamos de processo de alfabetização, entretanto, houve um longo período em que a leitura e a escrita eram aprendizagens que ocorriam de modo separado e distinto, aplicados

somente à educação privadas, somente às crianças cujos pais poderiam custear um preceptor (precursor do pedagogo), que por sua vez eram “especializados”, ou seja, havia os que ensinavam a ler, os que ensinavam a escrever e os que ensinavam a contar. Em outras vezes, quando o preceptor ensinava as três habilidades, o ensino era individualizado, mas ao mesmo tempo, as crianças eram separadas por grupos de estágio de aprendizagem.

O ensino e aprendizagem da leitura e escrita não se deu inicialmente na escola, e em nosso país, mesmo antes da Proclamação da República, esse processo começou a ser motivo de preocupação dos administradores públicos e dos intelectuais da Corte. Contudo, somente após as reformas da instrução pública, ocorridas a partir da primeira década republicana, que a prática da leitura e escrita se tornou práticas escolarizadas, em que a leitura e a escrita passaram a ser ensinadas e aprendidas dentro de um espaço público. Em decorrência das mudanças pelas quais nosso país passava no regime republicano, em que o desenvolvimento político e social de nosso país exigia a formação de cidadãos que pudessem fazer “alavancar” e sustentar o desenvolvimento nacional, é que a educação pública e, em especial, a alfabetização, foram organizadas e sistematizadas. Entretanto, foi a partir dos anos de 1930 que a alfabetização passou a integrar as políticas e ações dos governos estaduais, que buscavam estratégias no sentido de objetivar o desenvolvimento do país (MORTATTI, 2010).

Britto (2007) lembra que outro fator importante a ser evidenciado é o fato de que a definição do que é ser alfabetizado também foi um processo. No século XIX, por exemplo, as pessoas que eram capazes de escrever o próprio nome eram consideradas alfabetizadas. A partir de 1940 essa definição é alterada, e alfabetizada era a pessoa que fosse capaz de ler e escrever um bilhete simples. Já em 1958 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs a definição de que a pessoa alfabetizada seria aquela que conseguisse ler e escrever com compreensão uma frase curta sobre sua própria vida. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao realizar o censo que estabelece o índice de analfabetismo, indaga às pessoas se sabem ler e escrever, e a partir da

resposta pessoal de cada um, se obtém os resultados do teste.

Para avançarmos em relação ao processo histórico da alfabetização no Brasil, é necessário considerar que, a apropriação da escrita e da leitura pela criança não se limita apenas a soletrar, decodificar, traçar letras ou aprender determinados sons. A alfabetização deve ser compreendida, como afirma Dangio e Martins (2015, p. 212) “como um processo de aquisição de um complexo sistema de desenvolvimento das funções superiores advindo do percurso histórico cultural da criança”. Não se trata de um processo natural, mas de uma habilidade que precisa ser aprendida e que está diretamente relacionada com a necessidade de comunicação e expressão dos indivíduos.

Considerações finais

Na pesquisa desenvolvida, percebemos que a alfabetização constitui-se em um dos desafios mais emblemáticos a ser resolvido no âmbito da educação brasileira e, por mais que se elaborem planos, como o PNAIC, por exemplo, o problema continua latente., é uma história que não passou, ainda nos incomoda como pesadelo. Ao identificar a natureza da alfabetização, compreendemos, por exemplo, que a alfabetização não deve ser concebida apenas como o ato de ler e escrever, ela deve ser vista como uma forma de objetivação humana, fruto das interações humanas, que se assenta na prática social (MARTINS; MARSIGLIA, 2015). Ao ler e escrever o indivíduo poderá participar na construção e desenvolvimento dos conhecimentos historicamente sistematizados.

Percebe-se ainda que a história da alfabetização no Brasil não está desvinculada da história da educação como um todo. Os debates apresentam que as políticas educacionais referentes à alfabetização foram criadas na tentativa de diminuir os elevados índices de analfabetismo no país e o insistente fracasso de desempenho de leitura e escrita nos alunos.

De acordo com os estudos realizados, vimos que a alfabetização no Brasil se constitui como uma questão complexa, no mínimo inquietante para os que lidam com a educação e com os desafios educacionais oriundos do longo processo histórico que, de alguma forma, foi

determinado por inúmeros fatores, tais como o desenvolvimento econômico e tecnológico, a expansão e universalização da escola, o avanço do sistema industrial e as exigências de níveis de formação para o trabalhador, entre outras determinações que incidiram e delinearão o “movimento” em busca da redução da taxa de analfabetismo.

Nessa perspectiva, compreendemos que a alfabetização é um processo que se desenvolve e se aperfeiçoa ao longo da escolarização, porém, ela não pode ser ampliada ao ponto de se tornar um processo interminável (SOARES, 1985). Assim, indicamos que a alfabetização precisa ocorrer em um tempo determinado.

Referências

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1992.

BERTOLETTI, Estela Natalia Mantovani. Lourenço Filho, alfabetização e cartilhas: percurso e memória de uma pesquisa histórica. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. (Org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. Marília: Cultura Acadêmica, 2001. p. 95-107.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1992.

CAGLIARI, Luís Carlos. Alfabetização o duelo dos métodos. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas: Autores Associados, 2007. p 51-72.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. Ed. Scipione: São Paulo. 1998.

DANGIO, Meire dos Santos; MARTINS, Lígia Márcia. A Concepção Histórico-Cultural de Alfabetização. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 210-220, jun. 2015.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão, Ana Carolina Galvão. **As perspectivas construtivista e histórico- crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44 maio/ago. 2010.

SARAIVA, Mônica de Araújo; COSTA-HÜBES, T da C. Pedagogia Histórico Crítica: um olhar para as ações do professor no ensino da linguagem escrita. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, p. 221-232, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007–Especial.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: A questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017.

VAZ, Joana D’Arc; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. Os desafios do trabalho docente na sociedade capitalista. **Revista Travessia**, v. 4, n. 1, p. 504-525, 2010.